Diagnóstico da situação atual da vegetação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim







Embrapa

Assunto: Convênio entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Campinas, objetivando a cooperação entre as partes para a preservação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

Solicitante: Izalene Tiene – Prefeita do Município de Campinas

Solicitação: Diagnóstico, com imagens de satélite, documentos cartográficos e trabalhos de campo, a situação atual da área do Parque Ecológico e do seu entorno, fonecendo os melhores prazos e subsídios a serem incorporados no futuro convênio. Esses subsídios poderiam ser discutidos e sintetizados junto com as informações disponíveis na Prefeitura e em seus responsáveis por esse processo.



Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim

Localização: Rodovia Heitor Penteado, km 3,5

13.094-430 Campinas - SP

Fone/Fax: (19) 3252-9988

Diretora do Parque: Carmen Tavares de Araújo Elias

Fundação Florestal

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim foi criado a partir de um decreto do governo do Estado em junho de 1987 (Dec. Est. 27.071 de 8/6/87). Assim, a área de 285 hectares ocupada pela Fazenda Experimental Mato Dentro, que pertencia ao Instituto Biológico de Campinas e era vinculado à Secretaria da Agricultura, passou a ser um Parque Ecológico administrado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A intenção era transformá-lo não apenas em reduto de lazer, mas para resgatar a história natural, alterada pelo homem e pelo tempo (Correio Popular 1989).

Um Parque Ecológico é uma categoria que não possui definição exclusiva. O Poder Público Estadual utiliza esta denominação para instituir áreas cujas características conceituais correspondem àquelas referentes a Parques Estaduais, mas que não podem ser consideradas unidades de conservação, pois não se enquadram nas definições do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Serenza 2003). Nesse caso, o Parque Monsenhor Salim pode ser categorizado como um Parque Urbano, cuja definição seria a de uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as chamadas Praças e Jardins Públicos (Lima et. al. 1994).

O Parque Ecológico é a maior área verde urbanizada de Campinas (Martins 1998). Da área total de 285 ha da antiga Fazenda Mato Dentro, 110ha encontram-se abertos para visitação pública (Figura 1, Anexo 1). O local abriga um patrimônio arquitetônico formado pela sede da antiga Fazenda Mato Dentro, formada em 1806 (Figura 2). A sede é constituída pelo Casarão, a Tulha e a Capela, e foi tombada pelo Condephaat no dia 10 de maio de 1982 (Correio Popular 1989, Belda 2000). Na antiga casa grande funciona o Museu Ambiental do Centro Integrado de Proteção Ambiental (CIPAM).

O Parque Ecológico possui ainda 7 quadras poliesportivas, equipadas com vestiários, campos de futebol society, quadra de bocha e malha, trilhas para caminhadas, pista de cooper, playground, áreas para piquenique, anfiteatro e dois estacionamentos com capacidade para 1.000 carros (Figuras 3, 4 e 5).

Em relação à vegetação, destaca-se o projeto paisagístico elaborado pelo renomado paisagista Roberto Burle Marx e equipe, finalizado em junho de 1992. A sua implantação ficou a cargo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Pelo seu valor arquitetônico, histórico, cultural e ambiental, as construções históricas e a área verde destinada ao projeto paisagístico encontram-se tombadas pelo CONDEPACC (resolução 37 de 14.03.2002).



Histórico do Convênio anterior entre a SMA e a PMC

Inaugurado em 1991, o Parque permaneceu sob a administração do governo do Estado até 1995. No entanto, por tratar-se de uma estrutura urbana, optou-se pela gestão partilhada entre a Secretaria do Meio Ambiente e Prefeitura municipal, através de convênio que vigorou até o início de 2001. A partir dessa data, o Parque voltou a ser administrado pelo Estado.

No período de administração Estadual (1991-95), a Secretaria do Meio Ambiente investiu 100 mil reais em equipamentos de lazer e infra-estrutura, com ênfase nas quadras esportivas, sanitários e na construção de um playgroud e de uma pista de skate.

Os projetos de Educação Ambiental do Parque Ecológico estavam vinculados ao CIPAM (Centro Integrado de Percepção Ambiental), divididos em quatro eixos: cultura e meio ambiente, cosmos, biodiversidade e poluição (Avanzi & Leonardi 1997). A equipe desenvolvia um trabalho interdisciplinar, buscando no planejamento das atividades a integração entre a população e o patrimônio histórico e arquitetônico do Parque. Havia ainda um projeto integrativo Parque-escola, com o objetivo de organizar as atividades educativas internas e divulgar o Parque como campo de trabalho pedagógico e de lazer.

Em 1991 o Parque Ecológico recebia cerca de cinco mil pessoas por semana, sendo que 90% dos fregüentadores visitavam o local aos sábados e domingos (Folha de São Paulo 1991).

Já nos seis anos em que vigorou o antigo convênio entre a SMA e a PMC (1996-2001), a área passou a ser degradada (Sangion 2002). Sob alegação de falta de recursos financeiros e não participação no gerenciamento, a Prefeitura cortou muitos gastos relativos ao Parque Ecológico (Martins 1998, Costa 1999). A extinção dos projetos de educação ambiental, cultura e arte, associada à falta de vigilância, causaram a depredação dos equipamentos de lazer e infraestrutura e a destruição do sistema de energia elétrica e comunicações. O Parque passou a ser alvo de incêndios que iniciaram no interior do Parque, causados propositadamente pelo mau usuário.

Desde agosto último, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente contratou uma empresa de vigilância, que mantém uma viatura para ronda e sete postos de policiamento que atuam 24 horas na área interna do Parque. Com estas providências, a população voltou a freqüentar o local e o número de visitantes passou de 10 mil para 50 mil no último ano (Serenza 2003).



Situação atual da vegetação do Parque Ecológico Monsenhor Salim

A área verde do Parque Ecológico aberta à visitação pública compreende uma área de 110ha., onde foi implantado o projeto Paisagístico elaborado por Roberto Burle Marx. O jardim no entorno da sede da Fazenda Mato Dentro também foi incorporado ao projeto (Figura 2).

Em virtude da falta de investimentos, atualmente a implantação do projeto paisagístico encontrase comprometida por problemas de manutenção. A paisagem atual é caracterizada pela invasão de gramíneas exóticas, principalmente nas áreas abertas e expostas a pleno sol. Essas gramíneas antingem elevada altura, bloqueando caminhos e prejudicando o desenvolvimento de mudas, descaracterizando enfim o projeto paisagístico (Figura 6).

Fazem parte da área verde do Parque Ecológico antigas áreas de eucalipto da Fazenda Mato Dentro. Em um pequeno trecho na área sudeste do Parque ainda encontra-se um plantio homogêneo dessa espécie, plantada em alta densidade (Figura 5). Na área central, outro antigo lote de eucalipto permitiu a regeneração de um subosque com espécies da flora regional, que atualmente já atingem o dossel, tornando a floral local uma composição mista entre eucalipto, espécies nativas e exóticas ornamentais, fisionomicamente semelhante a um remanescente de floresta estacional (Figura 7). Não há dúvida de que, retirados os fatores de degradação, essa floresta poderá cada vez mais incorporar elementos da flora nativa, via regeneração natural ou com pequena intensidade de manejo (enriquecimento).

Assim como o eucalipto, no trecho oeste do Parque, onde foi realizado um plantio homogêneo de angicos (*Anadenanthera colubrina*), hoje já existe um subosque de espécies arbóreas nativas e exóticas em desenvolvimento (Figuras 1 e 6).

São necessários alguns procedimentos simples para a revitalização do projeto paisagístico, tais como coroamento das mudas, a fim de evitar a competição das mesmas com gramíneas exóticas, podas de limpeza/condução, adubação e controle fitossanitário. Mesmo tratando-se de ações simples, o manejo das áreas verdes requer planejamento e investimento.

Um esforço adicional deve ser empregado no inventário das mudas já implantadas, a fim de estabelecer metas para a reposição e/ou substituição daquelas espécies previstas no projeto original e que não apresentaram crescimento satisfatório. No entanto, como se trata de um projeto tombado pelo CONDEPACC, qualquer alteração na composição de espécies necessita de autorização prévia.

Um caso de alteração do projeto original, mas devidamente justificado, foi o plantio realizado na drenagem voltada para a Rodovia Heitor Penteado (Figura 1). Por ser considerada uma área de Preservação Permanente, foi necessária a revegetação com espécies nativas visando a conservação dos cursos d'água intermitentes. Atualmente esse plantio sofre os mesmos problemas de falta de manutenção que afetam o restante do projeto paisagístico original.

Outro problema detectado é a falta de mudas para a reposição: os projetos de Educação Ambiental foram desativados, o que incluiu a paralisação das atividades do Núcleo de Desenvolvimento da Flora "Jorge Bierrenbach de Castro", responsável pela manutenção do viveiro que atendia ao Parque Ecológico. A estrutura física do viveiro encontra-se encravada no interior do Instituto Biológico, em área não aberta à visitação pública, mas que no passado atendeu à população de Campinas, oferecendo cursos de capacitação para a produção de mudas de nativas, ornamentais e medicinais. Hoje o viveiro encontra-se em condições precárias, necessitando de reformas para a sua reativação (Figura 2).

Em área anexa ao viveiro encontra-se o único remanescente de floresta estacional semidecidual pertencente ao Parque Ecológico, localizado num fundo de vale em área não aberta à visitação pública. Esse remanescente não pode ser visitado porque as estradas que permitiam o acesso



ao local estavam bloqueadas por capim de elevada altura (mais de 1,5m), novamente enfatizando a clara falta de manutenção da área.

A extinção dos projetos de educação ambiental, além de comprometer a manutenção do viveiro, resultou num dos maiores problemas para a atual conservação do Parque, que é a depredação do patrimônio público pelos maus usuários.

Os incêndios, que ameaçam as áreas tombadas, têm a sua origem no interior do Parque, por onde circulam pessoas que freqüentemente usam os caminhos existentes para a comunicação entre bairros perimetrais. A construção de aceiros, ou a manutenção de estradas que supririam a mesma função, e até mesmo o aumento da vigilância interna, podem ser consideradas medidas urgentes e necessárias na prevenção de incêndios, mas que seriam paliativas na resolução do problema.

Os limites e Uso e Cobertura das Terras do Parque Ecológico podem ser vistos nos anexos 1 e 2.

Referências Bibliográficas

Avanzi, M.R. & Leonardi, M.L.A. 1997. Práticas de Educação Ambiental não Formal na Região. Cadernos NEPAM, n.VIII. Campinas, UNICAMP-NEPAM, FAPESP, PADCT/CIAMB.

Belda, 2000. Relíquias que sobrevivem ao tempo. Correio Popular, Campinas, 16 abr. 2000.

Correio Popular. Mato Dentro foi transformada em Parque Ecológico. Campinas, 14 jul. 1989.

Costa, M.T. 1999. Na poeira. Correio Popular, Campinas, 09 fev. 1999.

Folha de São Paulo. 1991. Cidade tem cinco parques. São Paulo, 22 mai. 1991.

Lima, A.M.L.; Cavalheiro, F.; Nucci, J.C.; Sousa, M.A.L.B.S.; Fialho, N.O.; Del Picchia, P.C.D. 1994. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2° Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. São Luis, Uema/Emater-MA. p.539-553.

Martins, J.P. 1998. Mata é a maior área verde de Campinas. Correio Popular, Campinas, 11 set. 1998.

Sangion, J. 2002. Polêmica no Parque Ecológico abre discussão sobre municipalização do local. Boletim virtual do Instituto de Comunicação e Cidadania. Disponível em: www.comcidaddania.org/reportagens, em 23.09.2002.

Serenza, E. 2003. SMA e Prefeitura de Campinas devem assinar novo convênio para administrar Parque Ecológico. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/destaque/parque%5Fcampinas.htm. em 27.02.2003.

Equipe Técnica

Adriana Paese Fernanda Panciera Marta Camargo de Assis Natália Macedo Ivanauskas

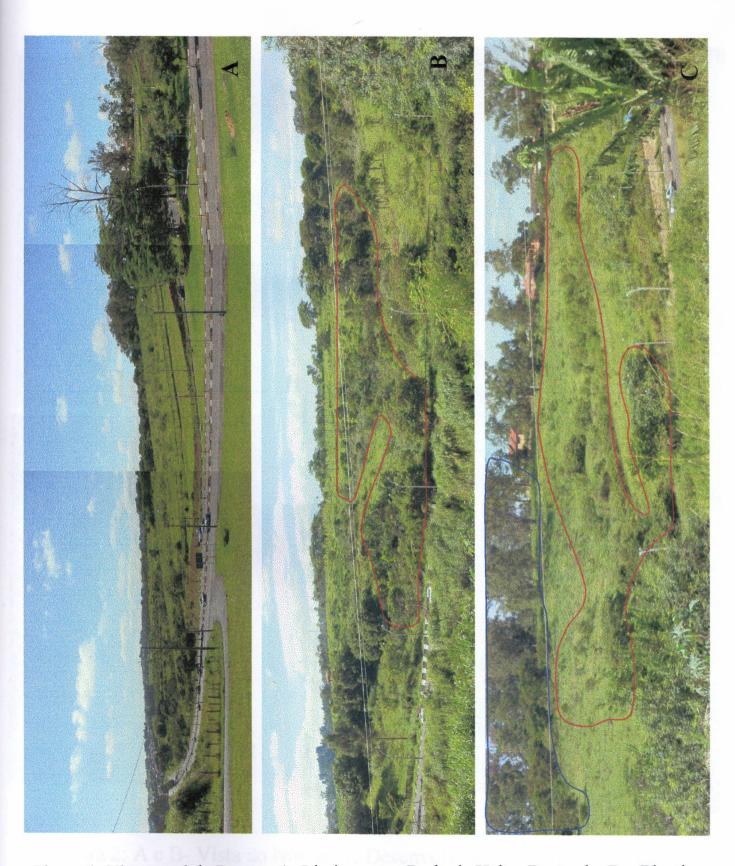


Figura 1 .Vista geral do Parque: A- Limite com a Rodovia Heitor Penteado; B - Plantio de nativas em área de preservação permanente e C. Talhão de eucalipto e angico, com subosque de nativas e exóticas ornamentais em desenvolvimento (azul) e plantio de nativas em área de preservação permanente (vermelho).

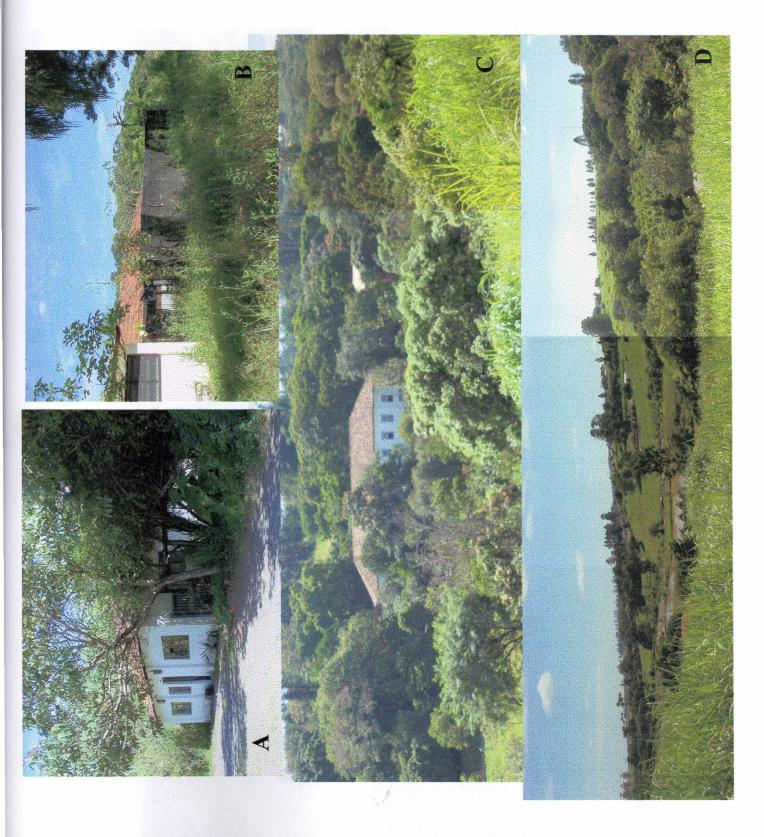


Figura 2: A e B- Vista do Núcleo de Desenvolvimento da Flora "Jorge Bierrenbach de Castro" (viveiro) . C- Vista do casarão e do jardim ao seu entorno. D- Vista parcial da lagoa e de parte do jardim do casarão.



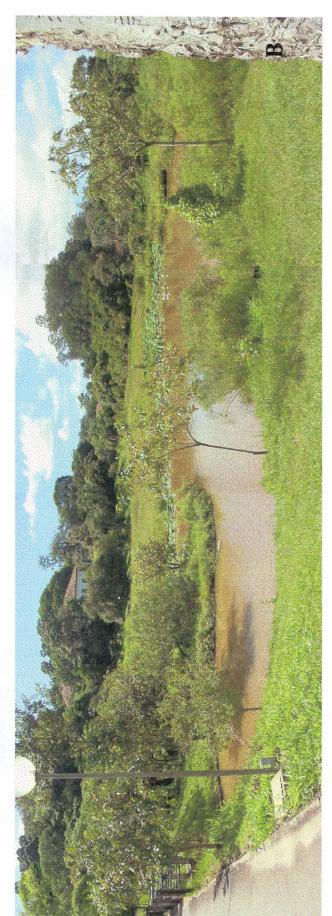


Figura 3: A-B- Vista da lagoa das Ninféias.

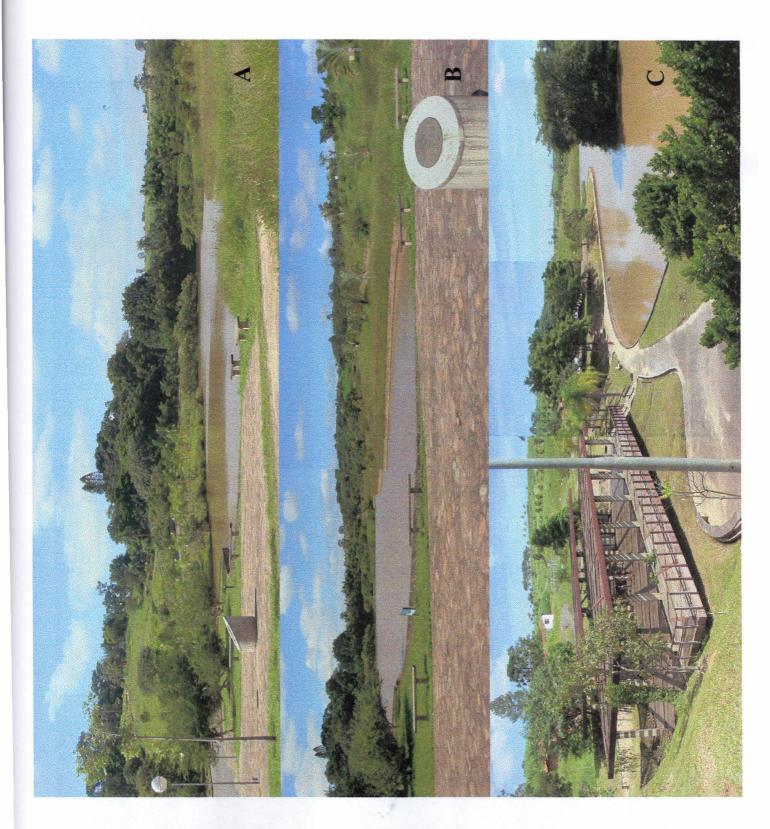


Figura 4. A e B- Vista da lagoa na entrada do Parque. C- Vista da lagoa e do ripado.



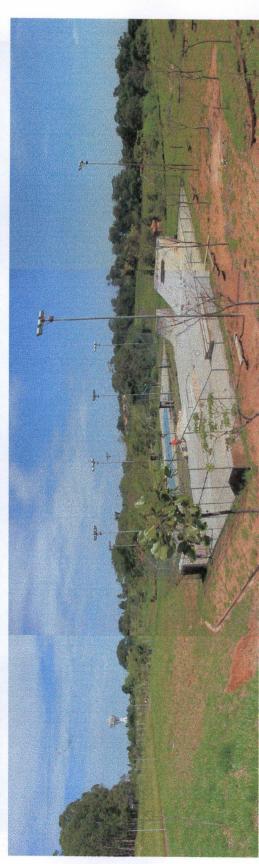


Figura 5. A - Vista parcial das quadras mostrando, ao fundo, o talhão homogêneo de eucalipto. B- Vista parcial das quadras poliesportivas.





Figura 6: A- Vista parcial de antigo talhão de eucalipto enriquecido com árvores nativas e exóticas ornamentais, acompanhando o córrego próximo a área do restaurante. B- Vista parcial da área oeste do Parque, mostrando o plantio de angicos. A falta de manutenção, evidenciada pela invasão de gramíneas, pode ser observada em ambas as fotos.

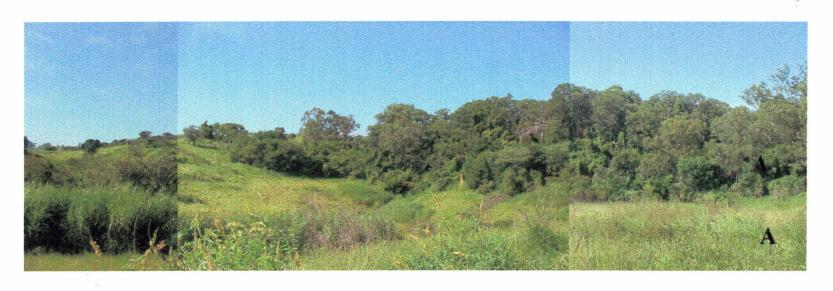


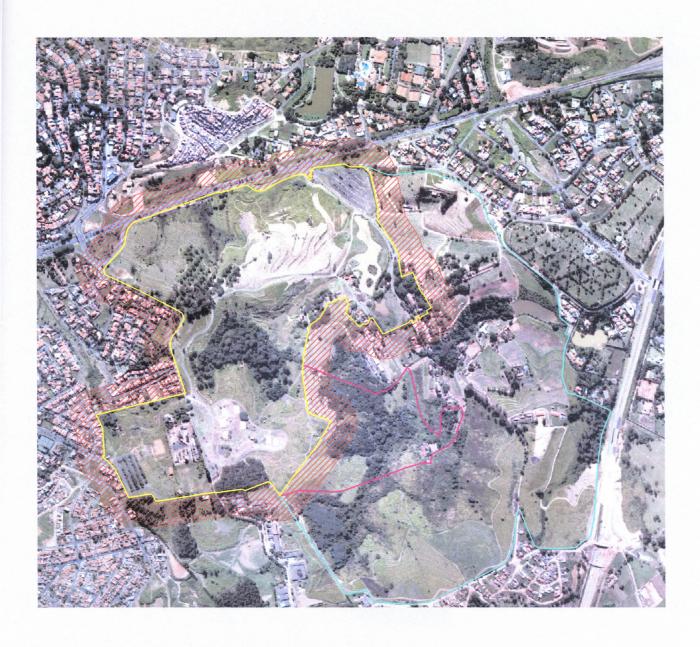


Figura 7: A- B- Vista parcial da área central do Parque mostrando composição mista da vegetação, com eucalipto, espécies nativas e exóticas ornamentais.

Anexo 1

Limites do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim





Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim:

- Área aberta à visitação pública
- Núcleo de Desenvolvimento da Flora "Jorge Bierrenbach de Castro" (Viveiro)

Área Envoltória do Parque Ecológico

(CONDEPACC - Resolução 37 de 14 de março de 2002)

Instituto Biológico





Fonte: Foto aérea de junho de 2001 Campinas, 2003

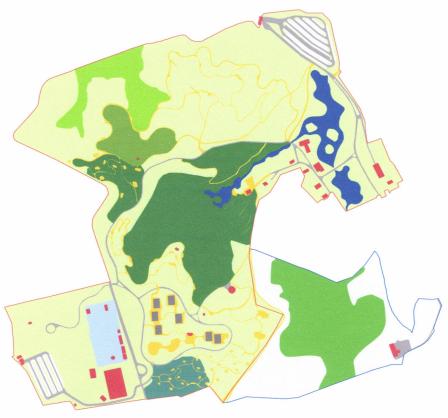
Anexo 2

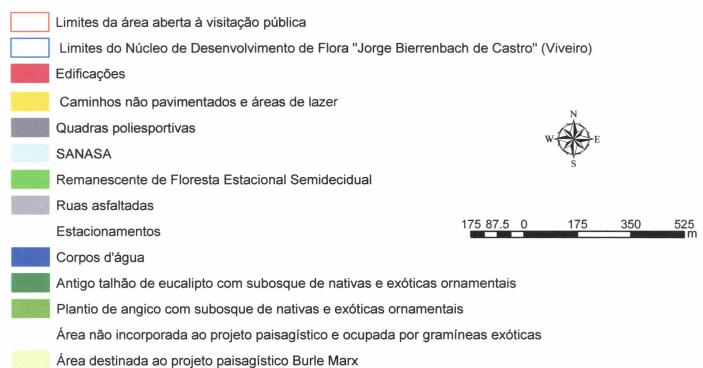
Uso e Cobertura das Terras do

Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim



Uso e cobertura das terras do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim





Reflorestamento de áreas de preservação permanente com espécies nativas

Plantio homogêneo de eucalipto